

Além do Horizonte

Anunciadas a nova etapa de desindexação e as modificações no Plano Real, com a instituição da livre negociação salarial e a proibição de reajustes de preços e salários em prazo inferior a 12 meses, o país amanhece hoje interessado no câmbio e nas taxas de juros.

Traduzindo as variáveis dos instrumentos clássicos de intervenção liberal na economia — câmbio, política fiscal e política monetária — os agentes econômicos desejam saber a viabilidade do ajuste fiscal e qual será a sua extensão exatamente para avaliar até que ponto a taxa de câmbio poderá subir e os juros descerem.

Qualquer análise econômica isenta conclui que a variável principal do futuro do país é a política fiscal. O governo registrou êxito político formidável no primeiro semestre, quando aprovou no Congresso todas as reformas do capítulo da Ordem Econômica da Constituição. No segundo semestre, as questões serão mais polêmicas e podem não repetir no mesmo grau o consenso do compacto bloco parlamentar governista.

O ajuste fiscal — que vem sendo adiado desde o início dos anos 80 — só será eficaz e equânime se gerar um grande pacto federativo. A União não tem mais condições políticas para arcar sozinha com a eliminação do déficit nas contas públicas. O sacrifício será muito forte para a sociedade se os governos estaduais e as prefeituras (que hoje respondem por boa parte do des controle das finanças públicas no país) não compartilharem da austeridade com o governo federal.

É preciso reconhecer que, sem acordo político preli-

minar, será muito difícil a negociação de reforma tributária que desonere a produção brasileira de uma babel de impostos, traduzidos em ineficiência do sistema econômico, e divida a carga tributária de forma mais equilibrada pela sociedade, aliviando o peso individual do contribuinte.

A espera do ajuste fiscal, no entanto, não implica imobilismo. O ajuste promovido sexta-feira no câmbio (o primeiro depois das novas margens da banda cambial) sinaliza que o governo está atento às necessidades dos exportadores e dos setores que estão competindo mais diretamente com o produto importado depois da abertura da economia.

Mas a cautela do governo em mexer no câmbio se justifica plenamente. Não teria sentido, no momento em que se desindexa a economia, pedindo à sociedade uma prova de confiança na queda da inflação futura, o governo puxar para cima, de forma descontrolada, um elemento de custo com grande influência nas expectativas inflacionárias.

O governo fez e está fazendo o que é possível para fazer o Plano Real avançar sem interromper o processo de estabilização. A retomada da privatização é importante para facilitar a baixa das taxas de juros. Mas não existe garantia melhor de que o câmbio poderá ser ajustado e os juros reduzidos, sem risco de volta da inflação, do que o aprofundamento do ajuste fiscal. O Congresso e a classe política — com os governadores e os prefeitos em destaque — têm, portanto, enorme responsabilidade na viabilidade futura do Real.